

SEXISMO LINGÜÍSTICO E O PROCESSO DE MANUALIZAÇÃO: A PRESENÇA DO FEMININO E DA MULHER NA LÍNGUA¹

LINGUISTIC SEXISM AND THE PROCESS OF MANUALIZATION: THE PRESENCE OF FEMININE AND WOMAN ON THE LANGUAGE

Dantielli Assumpção Garcia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil

Resumo: Neste trabalho, da perspectiva teórica da Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas, analisaremos as condições de produção do processo de manualização (PUECH, 1998) de uma linguagem não sexista, feminizada, refletindo acerca da produção de manuais no contexto brasileiro, francês e espanhol.

Palavras-Chave: Manualização; Linguagem não sexista; Feminização; Mulher; Gênero.

Abstract: In this work, from the theoretical perspective of Discourse Analysis in articulation with the History of Linguistic Ideas, we will analyze the production conditions of the manualization process (PUECH, 1998) of a feminist non-sexist language, reflecting on the production of manuals in the Brazilian context, French and Spanish.

Keywords: Manualization; Non-sexist language; Feminization; Woman; Genre.

Um pouco sobre manualização

“O destino de uma mulher é ser mulher” (LISPECTOR, 1977, p. 100)

Motivados pelo pensamento de Clarice Lispector e filiados à Análise de Discurso de linha francesa (PÊCHEUX, 1997) em articulação com a História das Ideias Linguísticas, explicitaremos, neste texto, alguns

¹ Este trabalho fez parte de minha pesquisa de Pós-Doutorado *A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista* realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sob a supervisão do Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares (PNPD-CAPES). Uma versão inicial deste texto foi apresentada em *The Fourteenth International Conference On The History of The Language Sciences, ICHoLS XIV*, Paris, 2017.

resultados de nossa pesquisa de Pós-Doutorado, a qual teve como objetivo central, mobilizando as noções de *instrumento linguístico*, *gramatização* (AUROUX, 1992) e *manualização* (PUECH, 1998), analisar diferentes materiais (dicionários, manuais, cartilhas, guias), publicados em diferentes países (Brasil, Espanha, França), os quais constituem um saber sobre uma “linguagem não sexista”, entendida como a materialização do gênero gramatical feminino no funcionamento linguístico. Essa materialização constitui-se como um processo, dito pelos manuais, de feminização das línguas. Neste artigo, analisaremos as condições de produção que possibilitaram a elaboração/circulação desses manuais de linguagem não sexista/feminizada² no contexto brasileiro, francês e espanhol.

Como afirmamos em Garcia (2017, p. 192), os manuais analisados não se voltam para uma discussão em torno da construção/identificação sociocultural de gênero. O gênero com o qual esses instrumentos linguísticos trabalham é o gênero enquanto categoria morfológica, dicotomizada entre masculino e feminino. Esses instrumentos retomam um saber linguístico acerca do gênero, questionando o uso do masculino como genérico e mostrando que esse gesto acaba por apagar a presença da mulher, isto é, do gênero feminino na língua.

Em nossa pesquisa em torno dessa feminização, encontramos os seguintes manuais que propõem um uso não sexista da linguagem e a representação do gênero gramatical feminino nos usos linguísticos³:

- **Guía del lenguaje para el ámbito de la empresa y el empleo** (CUNILL, 2011).
- **Guía del lenguaje para el ámbito de la cultura** (CUNILL, 2010).
- **Guía del lenguaje para el ámbito del deporte** (CUNILL, 2009).
- **Guía del lenguaje para el ámbito de la salud** (CUNILL, 2009).

2 Para análise dos manuais, especificamente, indicamos os trabalhos: Garcia e Sousa (2016), Garcia (2017).

3 Essa pesquisa foi feita por meio da ferramenta Google, na qual digitamos os termos (em português, francês e espanhol): linguagem sexista, feminização da língua, manuais, masculino como genérico. A partir desses termos, chegamos a esses instrumentos linguísticos que listamos e que estão disponíveis para a consulta na rede. Nos textos que tomam também a questão do sexismo linguístico e a feminização da língua como objetos aparecem outros, mas, às vezes, os desconsideramos, pois esses instrumentos não são encontrados disponíveis online, no espaço digital (critério usado por nós para a escolha dos nossos objetos).

- **Guía del lenguaje para el ámbito educativo** (CUNILL, 2008).
- **Las profesiones de la A a la Z** (CUNILL, 2006).
- **Hablamos de leyes** (MARTIN, CUNILL, 2008).
- **Nombra: la representación del femenino y el masculino en el lenguaje** (CUNILL, 1995).
- **Language et sexisme** (PREFECTURE DE LA REUNIÓN, s.d.).
- **L'égalité s'écrit : guide de rédaction épécène** (BUREAU DE L'ÉGALITE ENTRE LES FEMMES ET LE HOMMES, 2007).
- **Petit guide pour un langage non sexiste** (ORBAN, 2012).
- **Femme, j'écris ton nom... Guide d'aide à la feminisation des noms de métiers, titres, grades et fonctions** (CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, INSTITUT NATIONAL DE LA LANGUE FRANÇAISE, 1999).
- **Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz, bem se entende** (SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

A partir desse material de análise, nosso objetivo foi buscar compreender como esse saber sobre uma linguagem feminizada e não sexista de gênero passou a circular na sociedade e a formular um dizer que materializa a presença do (gênero) feminino na língua, gênero esse considerado pelos diferentes manuais como apagado por causa de um machismo que afeta o modo como os diferentes instrumentos que funcionam na sociedade (gramáticas e dicionários) documentam uma língua.

Os manuais são considerados nesta nossa pesquisa como um instrumento tecnológico (AUROUX, 1992)⁴ e como um produto

⁴ Auroux (1992) indica serem os dicionários e as gramáticas (acrescentamos os manuais) instrumentos linguísticos que prologam a fala dos sujeitos que fazem uso de uma língua. Nas palavras do autor: “A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um *instrumento lingüístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência lingüística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues” (AUROUX, 1992, p. 69, grifos do autor).

sociocultural de vulgarização de um saber sobre a língua (PUECH, 1998), os quais, amparados em leis, decretos, funcionam atendendo a demandas feministas que anseiam por uma posição legitimada à mulher. Nos manuais, é possível perceber como os saberes linguísticos se expõem, se difundem e apontam para um funcionamento da sociedade. A proposta dos manuais é promover uma cultura não sexista em que a equidade de gênero (aqui especificamente o gênero gramatical, dicotomizado em masculino e feminino) seja marcada nos usos linguísticos (GARCIA, 2017, p. 193).

Os manuais, vistos como instrumentos linguísticos⁵, participam do processo de gramatização⁶ de uma língua, descrevendo-a e instrumentalizando-a. Nesses instrumentos, o sexismo linguístico é colocado em evidência e contradito enquanto norma a ser seguida, surgindo em seu lugar a proposta de feminizar a língua, ou seja, marcar o gênero feminino nos substantivos, adjetivos, artigos. Ademais, os manuais são tomados aqui como um “objeto sociocultural claramente identificado pela aproximação/diferenciação com/de outros produtos socioculturais do mundo científico”⁷ (PUECH, 1998, p. 15-16). Os manuais diferenciam, por exemplo, de um dicionário, por buscarem, filiados a um discurso instrucional, dizer como se deve ou não usar a língua, “operacionalizando com as regras gramaticais, os manuais apresentam o funcionamento da língua sobre a qual falam e transmitem um saber acerca desta que passará a circular na sociedade” (GARCIA; SOUSA, 2016, p. 90).

Vejam os manuais: *Femme, j'écris ton nom... Guide d'aide à la féminisation des noms de métiers, titres, grades et fonctions*; *Guia del lenguaje para el ámbito educativo* e *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende* produzem um saber sobre os gêneros masculinos e

5 “A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um instrumento linguístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência lingüística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngües” (AUROUX, 1992, p. 69, grifos do autor).

6 “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias que são ainda hoje pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65, grifos do autor). Mais uma vez acrescentamos os manuais.

7 «du manuel comme objet socioculturel clairement identifiable par rapprochement/différenciation (d')avec d'autres produits socioculturels du monde savant» (PUECH, 1998, p. 15-16).

femininos e propõem um uso dessas na língua⁸:

1. Le déterminant

Dans tous les cas, la féminisation implique l'utilisation d'un déterminant féminin, pour les désignations simples comme pour les désignations complexes : la, une, cette... : la *députée*, une *juge*, cette *agente de change*, la *fondée de pouvoir*...

2. Noms se terminant au masculin par une voyelle

Il s'agit de termes non suffixés, comme *apprenti*, *architecte*, *gendarme*, *juge*, *ministre*, *vétérinaire*, ou suffixés/composés (-*logue*, -*iste*, etc.).

2.a. Noms se terminant par -e

⁸ - Voir *supra*, note 5, p. 16.

La forme féminine est identique à la forme masculine (forme épécène)⁸,

■ ex. : une *architecte*, une *astronaute*, une *cadre*, une *capitalne*, une *commissaire*, une *diplomate*, la *garde* (des Sceaux), une *garde-malade*, une *gendarme*, une *géologue*, une *interne*, une *interprète*, une *juge*, une *manceuvre*, une *ministre*, une *paysagiste*, une *peintre*, une *psychiatre*, une *vétérinaire*...

Remarque : Certains noms ont été féminisés depuis longtemps à l'aide du suffixe -*esse* : *hôtesse*, *maitresse*, *maitresse*, *poétesse*... Ce suffixe étant aujourd'hui senti comme désuet, voire dévalorisant, on a préféré ne plus y avoir recours. Seuls les emplois consacrés sont retenus (une *hôtesse*, une *maitresse* d'école) ; les emplois encore partiellement en usage sont toujours admis, à côté des formes épécènes proposées ou déjà concurrentes dans l'usage : une *maître* ou *matresse*, une *maltre* ou *maltresse* (d'hôtel, de conférences, etc.), une *poète* ou *poétesse*...

22



Figura 1: Manuais

Fonte: Femme, j'écris ton nom... Guide d'aide à la féminisation des noms de métiers, titres, grades et fonctions (1999, p. 22)

8 Apresentamos somente um breve recorte dessas instrumentos.

3.2. ORDEN DE APARICIÓN DE FEMENINO Y MASCULINO

Una cuestión que se tiene que remarcar prioritariamente es que el orden de aparición de femenino y masculino es muy revelador, ya que denota una determinada jerarquización de hombres y de mujeres. A lo largo de los casos analizados es constante la anteposición al femenino del masculino (al estilo de las tarjetas de visita de las parejas heterosexuales, las tarjetas de los buzones de las mismas...). Evidentemente, este orden no responde a ninguna regla gramatical; por tanto, si lo que se quiere es dar un trato igualitario a las personas, lo mejor es irlo alternando.

Evidentemente, se ha de alternar el orden de aparición tanto en la utilización por escrito en cualquier ámbito de la institución escolar, como oralmente; en este último caso, tanto en el momento de explicar cualquier materia, como en el momento de hablar con el alumnado.

Figura 2: Manuais

Fonte: Guía del lenguaje para el ámbito educativo (2008, p. 57)

Regras de concordância ou sintáticas

Sempre, estejamos falando de casos comuns de dois ou não, utilizaremos os determinantes femininos para acompanhar um ofício, profissão ou cargo exercido por uma mulher e os determinantes masculinos quando se trate de um homem.

Não empregar	Empregar
Um fiscal	Uma fiscal
Um patrão	Uma patroa
Aquele cavaleiro	Aquela cavaleira
O juiz	A juíza
O industrial	A industrial

Da mesma forma trataremos os adjetivos e os participios

A juíza adjunta do tribunal / a segunda cavaleira da lista
O juiz adjunto do tribunal/ o segundo cavaleiro da lista

Figura 3: Manuais

Fonte: Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende

Como define Puech (1998, p. 15-16), a manualização consiste em um processo “pelo qual os saberes linguísticos se expõem e se difundem com fins operatórios de transmissão, apropriação, reinvestimento do que no produto propriamente dito”. Como podemos observar, os manuais retomam um

9 «Il s'agit du processus par lequel les savoirs linguistiques s'exposent et se diffusent à des fins opératoires de transmission, appropriation, réinvestissement, plutôt que du produit à proprement parler» (PUECH, 1998, p. 15-16)

saber linguístico acerca do gênero morfológico (masculino e feminino), questionando o uso do masculino como genérico, as possíveis hierarquias existentes na ordem da escolha entre masculino e feminino, o apagamento das profissões no feminino. Esses instrumentos mostram como esse gesto (de masculinização) acaba por não dar visibilidade na língua à mulher. A proposta dos manuais é que o gênero feminino seja também marcado nos usos linguísticos para que, assim, haja uma equidade de gênero e não um sexismo na linguagem. A proposta dos Manuais, portanto, é feminizar a língua.

Para aprofundarmos um pouco a discussão sobre o processo de manualização de uma linguagem não sexista/feminizada, retomemos as condições de produção da emergência desses instrumentos, tomando como referência o contexto brasileiro, francês e espanhol.

Uma língua feminizada e não sexista: suas condições de produção

“Não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, [1949] 1980, s.p.)

Tal como trabalhadas na Análise de Discurso, as condições de produção compreendem os sujeitos e a situação. Em relação ao *sujeito*, não é considerado o sujeito empírico, mas sim a posição sujeito projetada no discurso. Assim, as condições de produção estão relacionadas aos lugares que os sujeitos aí ocupam; esses lugares, nos processos discursivos, funcionam como formações imaginárias. Nos manuais, diferentes são as imagens feitas para as mulheres e aos usos que essa faz da língua, para os homens e também para seus usos linguísticos na enunciação, para a sociedade e para seu sexismo linguístico. Nos manuais, ao marcar o gênero gramatical feminino, torna-se a existência da mulher materializada na língua, nos usos dos possíveis sujeitos falantes.

Retomando as condições de produção, em relação à *situação*, ressalta Orlandi (2002, p. 15) que esta pode ser pensada em sentido estrito e em sentido amplo: “em sentido estrito ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico-ideológico, mais amplo”. Para compreendermos os manuais, é necessário levarmos em consideração o contexto sócio-histórico-ideológico que possibilita a emergência e a circulação desses instrumentos em determinadas sociedades.

Como mostramos em trabalho anterior (GARCIA, 2017), o uso não sexista da linguagem, proposto ao manualizar-se uma língua feminizada, faz parte de um debate tanto político quanto linguístico, cuja “origem” se encontra principalmente nos movimentos feministas e de luta pelos direitos de igualdade entre gêneros. Nas palavras de Zoppi-Fontana (2015, p. 226-227, grifos da autora), ele:

Refere-se à denúncia dos efeitos sociais e ideológicos do uso de formas linguísticas (lexicais e morfológicas) que reproduzem e reforçam representações preconceituosas das relações de gênero na sociedade. Em geral, apontam-se formas lexicais com conotação negativa usadas para referir-se à identidade de gênero das pessoas (como, por exemplo, *bicha, travessa, sapatão, cadela* etc.), mas principalmente identificam-se formas de natureza gramatical, tocando na estrutura mesma do sistema linguístico, como é o caso da flexão de gênero morfológico das palavras e, mais especificamente, do uso consagrado do gênero masculino como forma genérica não marcada para referir a ambos os gêneros gramaticais. Também se inclui neste debate a resistência de nomes que referem a cargos e funções tradicionalmente ocupados por homens (por exemplo, a recente polêmica no Brasil sobre o uso do termo *presidenta*).

Os manuais buscam, de modo geral, dar visibilidade a algumas funções, profissões realizadas pelas mulheres que, pelo uso da forma masculina como genérica, são silenciadas/censuradas na sociedade (pensemos, por exemplo, na discussão sobre a existência ou não do termo “presidenta” já pontuada por Zoppi-Fontana (2015). Ao didatizar e fazer circular um outro dizer sobre o gênero morfológico, no processo de manualização, feminização de uma língua, “os manuais produzem uma compreensão sobre as discriminações de gênero que são materializadas na sociedade. Esses instrumentos fazem ecoar um saber linguístico que marca como não há uma equidade no tratamento (seja ele linguístico ou não) dado à mulher e ao homem na sociedade que faz uso de uma língua para se manifestar e se significar” (GARCIA, 2017, p. 195).

As discussões acerca da feminização da língua estão longe de ser homogêneas. Elas caracterizam-se por uma pluralidade de posições e mostram como o domínio das designações (seja no masculino ou no feminino) concerne à posição e à visibilidade dos sujeitos nas sociedades. Conforme Elmiger (2011, p. 72-73), feminizar a língua constitui uma tentativa de favorecer a igualdade entre os sexos, a partir da ideia de que a existência e a utilização de designações femininas contribuem para promover

na “realidade social” igualdade (de salário, de direitos, de oportunidades etc.). O que de fato nem sempre ocorre.

Ivárez (1996, p. 71) ressalta que a feminização de títulos, funções e profissões (abrimos um parêntese para pontuar que as propostas dos manuais são, principalmente, dar visibilidade a profissões, títulos, funções desempenhadas também por mulheres, mas que, em geral, na língua, são usadas no masculino) oferece importantes exemplos de mudança linguística que uma língua pode sofrer. O ponto de partida dessa mudança é uma realidade de natureza sociológica: o acesso das mulheres ao domínio profissional ocupado majoritariamente por homens. Além de encontrar novas designações que se relacionam às mulheres em exercício de novas profissões, são constantes diversas reações que condicionam a adoção sistemática da feminização da língua ou sua recusa. Dito de outro modo, parece-se que se identifica, geralmente, a feminização, nos dizeres de Ivárez (1996), com os discursos feministas, os quais pretendem, com os usos marcados, atribuir à mulher trabalhadora o status que lhe corresponde. O uso do masculino, como genérico, por exemplo, seria, nesses casos dos títulos, funções e profissões, um reflexo do machismo, do sexismo na língua/linguagem e esconderia a participação da mulher na sociedade (nosso exemplo mais atual é o uso de “presidenta” e sua destituição do poder por meio de um golpe político-midiático. Nem na língua, nem na política parece poder a mulher pertencer).

Abbou (2011, p. 279) salienta que as motivações da feminização e seus objetivos se sobrepõem entre os locutores, havendo três argumentos para tal feminização do idioma: a visibilidade (da mulher nos usos linguísticos), a desmasculinização do genérico e a língua como um lugar de luta política. Sendo, portanto, a feminização, para a autora (2011, p. 301), uma luta e uma ferramenta política, por isso que a produção dos manuais estará relacionada também a contextos de intervenções governamentais/políticas.

É essa proposta de desmasculinizar a língua, feminizando-a, que temos nos manuais analisados nessa pesquisa. Como propomos neste artigo, exporemos brevemente as condições de produção que permitiram a elaboração e a circulação desses manuais de linguagem não sexista. Tomamos o contexto brasileiro, francês e espanhol como objetos. Para essa discussão, retomamos alguns apontamentos feitos em Garcia e Sousa (2016) e Garcia (2017).

No contexto brasileiro

A reivindicação pelo fim do tratamento discriminatório a mulheres levou à criação de leis e também à criação dos manuais¹⁰. No Brasil, tivemos em 1956 a Lei nº 2.749, a qual normatizava sobre o gênero dos nomes designativos das funções públicas. Nela, podemos observar:

Art. 1º Será invariavelmente observada a seguinte norma no emprego oficial de nome designativo de cargo público:

O gênero gramatical desse nome, em seu natural acolhimento ao sexo do funcionário a quem se refira, tem que obedecer aos tradicionais preceitos pertinentes ao assunto e consagrados na lexeologia do idioma. Devem, portanto, acompanhá-lo neste particular, se forem genericamente variáveis, assumindo, conforme o caso, eleição masculina ou feminina, quaisquer adjetivos ou expressões pronominais sintaticamente relacionadas com o dito nome (LEI Nº 2.749, 1956).

Nessa lei, coloca-se em questão a relação entre gênero gramatical e sexo. Normatiza-se que, ocorrendo variação de gênero, essa deve ser marcada em virtude do sexo do indivíduo ao qual se faz referência. A lei não cita, como veremos no Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2005; nos Decretos nº 49.994 e 49.995, de 27 de dezembro de 2012; e na Lei nº 14.484, de 30 de janeiro de 2014, que o masculino é usado como genérico. Só marca que o sexo deve ser considerado ao colocar em funcionamento palavras de diferentes gêneros gramaticais. Não há uma proposta de feminização da língua, como temos nas outras leis e projetos.

No Projeto de Lei nº 306, de 2005, revoga-se a Lei nº 2.749, de Abril

10 No Brasil, temos até o momento somente o seguinte instrumento linguístico produzido: Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz, bem se entende (Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2014). Esse é resultado dos Decretos nº 49.994 e nº 49.995 (de 27 de Dezembro de 2012) e a Lei nº 14.484 (de 30 de janeiro de 2014), implantados no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com Garcia e Sousa (2016, p. 93): “As propostas do Manual, amparadas na lei e nos decretos, estabelecem a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul. A mudança proposta pelo Manual é para o âmbito da administração pública, pois considera que ‘o Poder Executivo Estadual deve dar igual tratamento aos seus servidores, sejam eles homens ou mulheres, e ser impróprio a menção de denominações masculinas ocupados por mulheres’ (Decreto nº 49.995). Assim, espera-se com o Manual ‘propiciar a linguagem inclusiva como política de igualdade de tratamento’ (Decreto nº 49.995). O Manual constitui-se com o objetivo de ‘revisar’ a linguagem usada na administração pública do Estado do Rio Grande do Sul, além de possibilitar a compreensão das ‘discriminações de gênero’”.

de 1956, por considerá-la discriminatória. Há uma prescrição sobre o uso do gênero pela gramática, a qual as leis e os manuais buscam atualizar. Esses textos jurídicos formulam um outro dizer sobre esse fenômeno linguístico:

Art. 5º A aplicação do disposto nesta Lei, ao lançar mão das instruções contidas em estudos, tratados ou descrições da língua portuguesa far-se-á sempre com a observância dos seguintes princípios:

I – obrigatória inclusão explícita dos gêneros feminino e masculino, com as respectivas concordâncias e pronomes, na designação geral ou particular dos cargos e assemelhados;

II – não predominância de um gênero sobre o outro, ainda que sustentada em uso do costume ou das gramáticas normativas;

III – uso dos dois gêneros para os casos de pluralização (PROJETO DE LEI Nº 306, 2005, p. 29541).

Aponta-se, no projeto de Lei, a predominância de um gênero sobre o outro, mesmo não se dizendo qual, pelo funcionamento de uma memória, sabemos que o gênero é o masculino. É em relação à predominância do masculino na língua que se lutará e reivindicará uma outra formulação, uma linguagem inclusiva, não sexista, feminizada. E é a essa proposta que os manuais buscarão atender. Conforme Garcia e Sousa (2016, p. 95):

[...] tal inscrição no âmbito do discurso do juridismo faz falar o quanto as relações atuais são tensionadas pela desigualdade de acessos e de poder da mulher, e o quanto se pretende fazer, na ordem da língua e da lei, uma sutura do que está rasgado no social como ferida aberta e como impossibilidades para o feminino.

De acordo com Mari Perusso, Secretária da Assessoria Superior do Governador, no texto *Por uma sociedade inclusiva, que compõe o Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz, bem se entende* (2014), debater a respeito de uma linguagem inclusiva, não sexista; falar sobre uma equidade de gênero, só é possível por termos, no governo atual, a participação feminina em postos de comando. Contudo, como mostramos em Garcia e Sousa (2016), a discussão sobre uma linguagem não sexista já estava sendo feita em outros governos, como no de Juscelino Kubitschek, em 1956. Naquele momento, embora não se falasse em uma masculinização da linguagem, já se apontava para a materialização da presença do feminino em denominações de cargos públicos¹¹. Também, no governo de Luis Inácio

11 É importante pontuar que as discussões sobre a linguagem sexista no Brasil se darão

Lula da Silva, foi apresentado em 2005 o Projeto de Lei nº 306, no qual se define linguagem sexista e linguagem inclusiva de gênero e determinam-se formas de combater o sexismo na linguagem:

Com formulação da secretária Mari Perusso, há uma aparente militância em prol do governo atual em que uma mulher está [estava] no posto mais alto do comando do país. No manual, por essa fala da secretária, apagam-se projetos e leis que já legislaram sobre uma linguagem inclusiva de gênero. Parece que, por termos como presidenta uma mulher, as lutas e reivindicações femininas/feministas são efetivamente atendidas e legitimadas, fato que não se dá, como podemos perceber pela discussão acerca da legalização do aborto – pauta tão cara ao movimento feminista (GARCIA; SOUSA, 2016, p. 96).

Em síntese, no contexto brasileiro, por meio das leis, da circulação e do uso do Manual, há a tentativa de normatizar a vida social no âmbito do trabalho em órgãos públicos/governamentais. Assim, os cargos, as funções, os títulos, as profissões devem apresentar também a forma feminina, marcando a presença da mulher nos usos da língua.

No contexto espanhol

No final da década de 1980, segundo Garcia e Sousa (2016), o Governo Espanhol impulsionou diversas discussões acerca da linguagem sexista no âmbito administrativo. Em 1987, o *Ministerio de Asuntos Sociales*, por meio do *Instituto de la Mujer*, publicou o *Plan para la igualdad de oportunidades de las mujeres*, no qual se empreendeu a revisão dos textos reguladores para evitar usos e expressões consideradas sexistas. O *Instituto de la Mujer*, em 1989, publicou outro documento, *Propuestas para evitar el sexismo en el lenguaje*, o qual também expunha a importância de materializar na língua as novas relações sociais pelas quais as mulheres, principalmente, estavam passando. Em 1991, mais um documento é publicado, agora pela UNESCO – *Recomendaciones para un uso no sexista del lenguaje* – com a finalidade de produzir reflexões acerca do que significa uma linguagem sexista. Em 22 de Março de 1995, por meio da *Orden del Ministerio de Educación y Ciencia*, apresenta-se uma proposta de se adequar as denominações dos títulos acadêmicos ao gênero daquele que os obtenha, ou seja, não usar a forma

em âmbito público-administrativo. As propostas são para mudanças na forma como os órgãos governamentais dirigem-se a suas trabalhadoras e seus trabalhadores e falam sobre os cargos por elas e eles ocupados.

masculina como genérica. Há ainda a *Ley Orgánica 3/2007*, de 22 de Marco, para a *Igualdad efectiva de mujeres y hombres*, que estabelece como critério de atuação de todos os poderes públicos a utilização de uma linguagem não sexista.

Semelhante ao Brasil, as discussões sobre o sexismo na linguagem passam-se no âmbito da administração pública; contudo, com a participação de outras instituições como a UNESCO. Também no contexto espanhol, a criação de leis auxiliará na produção de manuais sobre linguagem não sexista, feminizada em que o gênero feminino está incluso.

No contexto francês

Como já ressaltamos, a proposta de feminização da(s) língua(s) está relacionada à crítica feminista, tal como ela é manifestada a partir dos anos 1970, e também a decisões políticas, jurídicas e linguísticas. Conforme Elmiger (2011, p. 72), o caso da feminização (de textos oficiais) testemunha os esforços que uma comunidade está prestes a fornecer para modificar sua utilização da língua e, conseqüentemente, para valorizar o status das mulheres na sociedade por meio da linguagem.

Diversos são os países e regiões francófonas que desenvolveram meios para propor o uso de língua feminizada. Québec¹², por exemplo, é a primeira região francófona a tomar decisões políticas em relação à feminização. Desde o fim dos anos 1970, aparecem as primeiras recomendações que respondem a uma demanda lexical: em 1976, um ministro canadense consulta “L’Office de la Langue Française” a fim de decidir se é necessário feminizar as designações de trabalho ou favorecer as formas epicenas, como em inglês. Essa questão teve uma primeira resposta em 1979 no relatório *Pour les Québécoises: égalité et indépendance du Conseil du Statut de la femme* que, a partir de uma recomendação de “L’Office de la Langue Française”, foi a favor da “utilização de formas femininas em todos os casos possíveis”¹³. Durante os anos 1980, outras publicações aparecem, como: *Titres et fonctions au féminin: essai d’orientation de l’usage* (editado por Office de la Langue Française, 1986). Como afirma Elmiger (2011, p. 73-74), se os primeiros textos se preocupavam essencialmente com a formação dos nomes

12 Os comentários sobre como cada país pensou e atuou a respeito da feminização da língua foram retirados de Elmiger (2011, p. 73-76).

13 “l’utilisation des formes féminines dans tous les cas possibles” (Bouchard et. al., 1999, p. 08, *apud* Elmiger, 2011, p. 73).

femininos (no aspecto lexical da feminização), a ideia de feminizar todos os nomes comuns de pessoas de acordo com o contexto (“feminização do discurso”) aparece relativamente cedo: o guia *Pour un genre à part entière* aborda diversos pontos relacionados à feminização de textos e ressalta como melhor solução a utilização da dupla forma: feminina e masculina. Outros guias são também publicados por instituições públicas ou privadas no Québec. Por exemplo: *Au féminin* (1991), editado por L’Office de la Langue Française, ou *À Juste Titre* (1994).

Já na França, como ressalta Elmiger (2011), a questão (unicamente lexical) das designações femininas é inicialmente tratada por uma comissão de terminologia. A comissão é presidida por Benoîte Groult e tem como finalidade feminizar os nomes das profissões e dos trabalhos. Desde sua criação em 1984, a “Comissão Groult” esteve sujeita a ataques violentos provenientes do domínio público e também da Academia Francesa. Os resultados de seus trabalhos são publicados na *Circulaire du 11 Mars 1986 relative à la féminisation des noms de métier, fonction, grade ou titre*, segundo Elmiger (2011, p. 74-75), em um momento crucial da vida política francesa, isto é, alguns dias antes da mudança de governo que faz chegar ao poder Jacques Chirac ao posto de Primeiro Ministro.

Para Elmiger (2011, p. 74-75), o novo governo, “de direita”, que sucedeu um governo “de esquerda”, não “se sentiu obrigado” a adotar o que preconizava a circular. Dez anos depois, em uma outra mudança de governo, a questão da feminização é retomada em uma nova circular (*Circulaire du 6 Mars 1998 relative à la féminisation des noms de métier, fonction, grade ou titre*). O primeiro ministro Lionel Jospin reage à decisão de seu gabinete, na qual quatro mulheres desejavam ser chamadas de “Madame la Ministre”. Dois relatórios, comandados pelo próprio ministro, chegam a conclusões diferentes acerca da feminização da língua. De um lado, como mostra Elmiger (2011, p. 75), a *Cogether* (Commission Générale de Terminologie et Néologie, 1998) aprova a feminização dos nomes dos trabalhos ou de profissões para designar individualmente as mulheres, mas se opõe à utilização de nomes feminizados nos textos jurídicos, alegando que era necessário distinguir entre a designação de um indivíduo e a utilização de nomes comuns de pessoas para designar uma mudança oficial. De outro, a *INaLF* (Institut National de la Langue Française) publica um guia para ajudar a feminização (*Femme, j’écris ton nom*, 1999), direcionado ao grande público, no qual a feminização geral do léxico é recomendada. Como a circular de 1986, o guia de 1999 se limita, como salienta Elmiger (2011, p. 75), a abordar essencialmente os aspectos lexicais da feminização.

Na Bélgica francófona, a reflexão sobre a feminização da língua se concretiza em 1993, a partir do *Decret du 21 Juin 1993 relatif à la féminisation des noms de métier, fonction, grade ou titre*, publicado pelo Conseil de la Communauté Française. O decreto obrigava as instituições subordinadas ao conselho a utilizarem termos femininos para designar as mulheres, mas ele não se pronuncia sobre que formas empregar. Essa lacuna, conforme Elmiger (2011, p. 75), é mais tarde preenchida a partir da publicação de uma ordem da *Communauté Française*, estabelecendo as regras de feminização dos nomes de profissões, funções, graus e títulos. Os dois textos oficiais vêm de instâncias políticas: uma brochura destinada ao grande público, *Mettre au féminin*, que explica as regras morfológicas para formar o feminino a partir dos nomes masculinos correspondentes e *Recommandations Générales du Conseil Supérieur de Langue Française et Surtout une Liste de Noms de Métier, Fonction, Grade ou Titre*. As regras sintáticas limitam-se, adverte Elmiger (2011, p. 75), a um conselho relativo aos determinantes, adjetivos e participios, “concordar com o feminino”. Quanto à feminização do discurso, as recomendações belgas são, para Elmiger (2011, p. 75), bem sumárias: o guia sugere que “é recomendável não abusar do emprego genérico de nomes masculinos, mas não propõe soluções viáveis”¹⁴.

Por fim, na Suíça, em razão de seu federalismo, a questão da feminização é abordada em diferentes instâncias: federal, cantonal e municipal. A Chancelaria Federal assim como os Serviços Linguísticos preocupam-se com a utilização de termos feminizados na escala nacional. Um grupo de trabalho interdepartamental publicou, em 1991, o relatório *La Formulation non existe des textes législatifs et administratifs*. Esse relatório, escrito também em alemão e italiano, já que as autoridades procuram apresentar soluções aplicáveis a todas as línguas nacionais, não trata da feminização do léxico, mas da redação de texto, principalmente a redação de textos jurídicos e legislativos. A solução proposta, chamada de criativa, é a combinação de diferentes meios para evitar o emprego genérico de formas masculinas.

O Conselho Federal em 1993 decreta, de um lado, que o léxico e os documentos normativos devem ser feminizados e, de outro, que somente os “textos legislativos em alemão serão redigidos conforme a solução criativa, mas que a prática atual será mantida no que concerne aos textos em francês e italiano” (Chancellerie Fédérale, 1993, apud ELMIGER, 2011, p. 76)¹⁵.

14 “il est recommandé de ne pas abuser de l’emploi générique des noms masculins, mais il ne propose pas de solutions viables” (ELMIGER, 2011, p. 75).

15 “seuls les textes législatifs en langue allemande seront rédigés conformément à la solution dite créative, mais que la pratique actuelle sera maintenue en ce qui concerne les textes français

Na Suíça, como aponta Elmiger (2011, p. 76), a maioria das decisões relativas à feminização da língua é tomada em instância cantonal. Os distritos francófonos diferem consideravelmente quanto a seus compromissos no domínio da feminização, se alguns são muito ativos e tomam decisões vinculadas para sua administração, outros não adotam nenhuma disposição particular. Duas publicações são elaboradas: *Dictionnaire féminin-masculin des professions, des titres e des fonctions* (1990, reeditado em 1999) e o guia *Écrire les genres: guide romand d'aide à la redaction administrative et législative épïcène*.

Um efeito de conclusão

As mulheres, durante séculos, serviram de espelho aos homens por possuírem o poder mágico e delicioso de refletirem uma imagem do homem duas vezes maior que o natural (WOOLF, 2004, p. 54)

Como buscamos mostrar neste texto, ao analisarmos o processo de manualização de uma linguagem não sexista, feminizada e suas condições de produção, os manuais, legitimados pelo poder estatal, juntamente com a legislação produzida que os sustenta, funcionam como um espaço de dizer, atendendo a demandas que buscam sustentar uma posição legitimada a mulheres, seja na sociedade ou nos usos que essa faz de uma língua. Como uma política linguística, os manuais ensinam e normatizam, de certo modo, a vida social, apontando o que pode ser dito e interditando o que não pode, isto é, interdita-se o uso somente do masculino como genérico, apontando para a marcação do gênero feminino nos usos linguísticos. Esses manuais propõe uma equidade de que vai em direção a propostas de uma língua mais feminizada e menos masculinizada em que as profissões, os cargos, as funções desenvolvidas pelas mulheres apareçam. Como instrumentos de diferentes intervenções (principalmente por meio de leis), os manuais produzem um saber sobre o sexismo da linguagem, explicitando como, nas sociedades, sejam elas brasileira, espanhola ou belga (francesa), há ainda uma desigualdade quando se fala em gênero, quando se fala em homens e mulheres, em masculino e feminino. Assim, manualizar uma linguagem não sexista é fazer uso do gênero feminino quando as profissões, funções, graus, títulos se referem às mulheres e, portanto, dar visibilidade na língua à mulher, ou seja, permitir que ela reflita sua própria imagem e não a do outro

et italiens” (apud ELMIGER, 2011, p. 76).

(masculino).

Referências

ABBOU, J. **L'antisexisme linguistique dans le brochures libertaires: pratiques d'écriture et métadiscours**. Université de Provence. Aix-Marseille I, 2011. Disponível em: <<https://tel.archives.ouvertes.fr/tel-00643802>>. Acesso em: 08 out. 2018.

ALARIO, C.; BENGOCHEA, M.; CUNILL, E. L.; VARGAS, A. **Nombra: la representación del femenino y el masculino en el lenguaje**. Espanha: Gráficas Rodríguez, 1995.

AUROUX, S. **Revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A experiência vivida**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, vol. 2, [1949] 1980.

BRASIL. Lei nº 2.749, de 05 de abril de 1956. Dá norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 abr. 1956, p. 6457.

_____. Projeto de lei do senado nº 306, de 01 de setembro de 2005. Determina o uso da linguagem inclusiva para cargos na Administração Pública brasileira. **Diário do Senado Federal**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 set. 2005, p. 29541.

BECQUER, A-M.; CHOLEWKA, N. ; COUTIER, M. ; MATHIEU, M-J. ; CERQUIGLINI, B. **Femme, j'écris ton nom**. Guide d'aide à la féminisation des nomms de métiers, titres, grades et fonctions. Paris : Centre National de la Recherche Scientifique, Institut National de la Langue Française, 1999.

CUNILL, E. L. **Guía del lenguaje para el ámbito educativo**. Vitoria:

EMAKUNDE/ Instituto Vasco de la mujer, 2008.

GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista. **Revista Línguas & Letras**. Cascavel, v. 17, n. 35, p. 86-106, 2016.

GARCIA, D. A. Manualização de uma linguagem não sexista: uma política de equidade de gênero? In: SOARES, A. S. F.; GARCIA, D. A. (Org.). **Inquietações de Gêneros e sexualidades: leituras na contemporaneidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2017, p. 191-211.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Manual para o uso não sexista da linguagem**. O que bem se diz bem e entende. Rio Grande do Sul: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014.

ELMIGER, D. Féminisation de la langue française: une brève histoire des positions politiques et du positionnement linguistique. In: DUCHÊNE, A.; MOÏSE, C. (Eds.). **Langage, genre et sexualité**. Québec: Éditions Nota Bene, 2011.

IVÁÑEZ, M. P. L'influence de la planification linguistique dans la féminisation des titres en France et au Québec: deux résultats différents en ce qui a trait à l'usage. **Revue Québécoise de linguistique**, v. 24, n. 2, p. 71-106, 1996.

LISPECTOR, C. **A Hora da Estrela**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977.

ORLANDI, E. P. (Org.). **História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PERUSSO, M. Por uma sociedade inclusiva. GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Manual para o uso não sexista da linguagem**. O que bem se diz bem e entende. Rio Grande do Sul: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014.

PUECH, C. Manuélistation et disciplinarisation des savoirs de la langue. L'énonciation. **Les Carnets du Cediscor**, 1998. Disponível em : <<http://cediscor.revues.org/267>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 49.994, de 27 de dezembro de 2012. Estabelece a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo Estadual. **Diário Oficial do Estado**, Rio Grande do Sul, RS, nº 248, 28 dez. 2012, s.p.

_____. Decreto nº 49.995, de 27 de dezembro de 2012. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de discutir e propor medidas para a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo Estadual. **Diário Oficial do Estado**, nº 248, 28 dez. 2012, s.p.

_____. Lei nº 14.489, de 30 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a utilização da linguagem inclusiva de gênero no âmbito da Administração Pública Estadual. **Diário Oficial do Estado**, nº 022, 31 jan. 2014, s.p.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Língua oficial e políticas públicas de equidade de gênero. **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas, nº 36, julho/dezembro, p. 221-243, 2015.

DOI - <http://dx.doi.org/10.5902/2179219436587>